AS CONTESTAÇÕES CONTEMPORÂNEAS DA RELAÇÃO DESEMPREGO E SAÚDE DO TRABALHADOR

Tainá Rocha dos Santos[1]

RESUMO

Este trabalho, que tem por temática a análise da saúde do trabalhador, objetiva a compreensão do impacto das transformações do mundo do trabalho, como respaldo capitalista, que implicam direta e indiretamente na saúde da classe trabalhadora, num contexto contemporâneo. Com base nesse enfoque, utiliza-se da análise crítico-dialética marxiana frente às perspectivas teóricas de tal processo. Com isso, entendendo que a intensidade de trabalho e as muitas horas de trabalho em um dia vêm determinando que a saúde dos trabalhadores seja precária, e que as condições de trabalho incluem atividades para além das relações materiais, buscamos aqui demonstrar, ainda que brevemente, como a relação entre saúde e doença vem sendo severamente impactada pelo grande capital. Desse modo, esta análise busca ressaltar o entendimento em torno à relação entre saúde e doença, que vem sendo severamente impactada pelo grande capital no processo da vida social.

Palavras-chave: Contemporaneidade. Desemprego. Saúde do Trabalhador.

ABSTRACT

This work, which aims to analyze workers' health, aims to understand the impact of the transformations of the world of work, as capitalist support, which directly and indirectly imply in the health of the working class, in a contemporary context. Based on this approach, marxian critical-dialectic analysis is used in relation to the theoretical perspectives of this process. Thus, understanding that the intensity of work and the many hours of work in a day have determined that the health of workers is precarious, and that working conditions include activities beyond material relationships, we try here to demonstrate, although briefly, how the relationship between health and disease has been severely impacted by the great capital. Thus, this analysis seeks to highlight the understanding around the relationship between health and disease, which has been severely impacted by the great capital in the process of social life.

Keywords: Contemporaneity. Unemployment. Worker's Health.

[1] Membro do Grupo de Pesquisa "Educação, Formação, Processo de Trabalho e Relações de Gênero" (UFS); Mestra em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe (UFS); Especialista em Docência do Ensino Superior pela Faculdade de Ensino Regional Alternativa (FERA); Bacharela em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas, Campus Arapiraca - Unidade Educacional de Palmeira dos Índios (UFAL). E-mail: taina.rds@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa de inspiração crítico-dialética marxiana, analisa a contemporaneidade da saúde do trabalhador frente ao desemprego, diante do capitalismo contemporâneo, buscando ressaltar as contestações sobre a temática, a partir da estruturação do modo de produção capitalista. Procurou-se destacar as determinações e tendências contemporâneas, ainda que brevemente, com foco nas transformações oriundas do mundo do trabalho, frente aos impactos à saúde do trabalhador, com implicações na/da superpopulação relativa. A opção metodológica recaiu na pesquisa de cunho qualitativo, do tipo bibliográfica.

O método utilizado nesta pesquisa inspira-se no materialismo histórico-dialético, o método em Marx, que segundo Paulo Netto (2011) tem por objetivo o conhecimento das categorias que constituem a articulação interna da sociedade burguesa, através de aproximações sucessivas do objeto, tendo em vista uma elaboração teórico-científica que parte de uma pesquisa dedutiva, classificada por Gil (2002) como uma pesquisa que parte de análises gerais às específicas de um objeto, perpassando do geral ao particular.

2 AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E SUA CORRELAÇÃO COM A SAÚDE DO TRABALHADOR

De acordo com Santos (2020), as transformações no mundo do trabalho perpassam contextos e implicações que explicitam a atual caracterização do trabalho, bem como suas consequentes problematizações ao conjunto da realidade social e àqueles que a compõe.

Desde o início da expansão capitalista, as contradições que lhe são inerentes demonstram a realidade sistêmica de disseminar problemas sociais, devido à intencionalidade capitalista de acumulação desenfreada de lucro. Para tanto, a exploração da força de trabalho se fez necessária, vindo a estabelecer a relação capital-trabalho, baseada na venda do único bem daquele que vive a trabalhar: sua

força de trabalho – acarretando exploração e alienação do ser trabalhador. Assim, um relevante contingente de trabalhadores buscaria sobreviver sob uma nova forma de controle, vindo a caracterizar a transformação da força de trabalho em mercadoria, bem como instituir a formação do exército industrial de reserva para fundamentar o que se convencionou chamar de desemprego (MARX, 1996).

De acordo com Xavier (2016),

> No capitalismo, a força de trabalho é tida como mercadoria, posto que o trabalhador é desprovido dos meios de produção e tem que vender o seu trabalho ao capitalista para que possa garantir sua subsistência. Ao capitalista interessa adquirir a mão de obra do trabalhador, através da qual obtém lucro ao pagar por esta um valor inferior ao tempo de trabalho oferecido pelo mesmo. O objetivo do capitalista, como detentor dos meios de produção, é ampliar o lucro oriundo da produção pela exploração da força de trabalho dos indivíduos-trabalhadores, processo que é denominado por Marx de mais-valia [...] (XAVIER, 2016, p. 22).

Assim sendo, os escritos de Karl Marx forneceram uma análise histórica sobre a criticidade das políticas econômicas implementadas no Ocidente desde a Revolução Industrial: Karl Marx entendeu que os trabalhadores experimentariam alienação quando produzissem riqueza e abundância para proprietários de capital, porque eles não perceberiam que estavam no processo. O estudioso acreditou que na impossibilidade de se olhar para o trabalho positivamente, a menos que a propriedade privada fosse abolida e o trabalho passasse a ser dignificado em vez de alienado. Na visão de Marx, o trabalho é considerado uma categoria importante na vida humana, mas as condições históricas da propriedade privada levaram à busca desenfreada do lucro, tornando o ambiente para o desenvolvimento do trabalho como algo desumano e injusto. Ademais, tratar o trabalho como mercadoria desvaloriza a classe trabalhadora, e o trabalho fabril, sendo dividido em pequenas partes, fez com que o trabalhador não conseguisse identificar o que estaria produzindo, tornando o trabalho vazio e sem sentido para quem o executa.

Gonçalves (2008) aponta que, as condições sociais de vida e trabalho são, para a Organização Mundial da Saúde (OMS), os determinantes sociais da saúde. Tais determinantes seriam referentes tanto aos fatores essenciais quanto aos mecanismos pelos quais as condições sociais afetam a saúde e podem ser potencialmente modificados por intervenções. Em uma abordagem ampla e histórica, incluem o contexto político e econômico passado e atual da sociedade, bem como o sistema jurídico, os recursos materiais e tecnológicos e a adesão às normas e práticas.

Desse modo,

> Modelos explicativos baseados em diferentes opções teóricas procuram desvendar como os determinantes sociais afetam a situação de saúde de indivíduos e populações. Os modelos estabelecem uma hierarquia de determinação entre fatores sociais, econômicos e políticos, e as mediações por meio das quais esses fatores incidem sobre a situação de saúde de grupos e pessoas. Descrevem processos complexos e, em geral, apresentam algumas características comuns, em especial a ênfase na interação entre os diversos níveis de determinação, na multiplicidade de processos ou caminhos causais, na possibilidade de influências recíprocas entre eles (GONÇALVES, 2008, p. 15).

Com a redução do trabalho vivo na produção, da ampliação do trabalho temporário e da racionalização nas contratações, o desemprego e a precarização das relações trabalhistas se apresentaram como problemáticas inerentes ao capitalismo. Com isso, Santos (2020) ressalta que o desenvolvimento capitalista gerou consequências e implicações que afetam diretamente o futuro do trabalho, que no atual ritmo em que segue, se encaminha ao retrocesso do desenvolvimento social.

A estratificação social, enquanto um aspecto fundamental do estudo dos determinantes sociais da saúde, nas sociedades ocidentais modernas no modo de produção capitalista, passou a ser guiada pela propriedade dos meios de produção e pela divisão social do trabalho – que formam o sistema de classes sociais. As

classes sociais passaram a serem estabelecidas com base em um sistema de acesso à riqueza e aos valores que lhes confere determinadas posições sociais.

Em uma dada formação social espacial e historicamente contextualizada, classes e frações de classes coexistem, enquanto grupos sociais que mantêm uma homogeneidade interna. Para revelar tais homogeneidades, outros indicadores que avaliam o acesso a bens e serviços (tais como saúde, educação, habitação, renda e outros), buscam avaliar o grau de vulnerabilidade da família (através de análises que visam o nível de escolaridade do chefe da família e as características físicas da família, por exemplo). Dentre os indicadores, Gonçalves (2008) ressalta que o emprego adquire particular importância por limitar o contingente populacional em sua configuração interna, tanto em relação ao setor econômico e sua formalização, com na mensuração da renda e identificação das ocupações precárias.

Para Sant'Anna (2000), o aumento dos níveis de desemprego global se traduz visivelmente em um problema social que supera recessões cíclicas ou a justificativa do atraso econômico em alguns países e setores produtivos, evidenciando a fragilidade das estratégias de enfrentamento do problema e suas consequências.

Levando em consideração o histórico econômico de reflexão do capitalismo sobre a sociedade, verifica-se que a reorganização produtiva, na verdade, fortaleceu ainda mais o poder dos detentores do capital e colocou a classe trabalhadora em situação precária. A destruição das crescentes máximas capitalistas teve um impacto em sua própria pele. Portanto, a premissa adotada é a de que enquanto houver uma sociedade baseada nos princípios fundamentais do capitalismo, inevitavelmente haverá pessoas em estado de desemprego, pois isso se tornou uma parte estrutural do sistema criado pelo modelo de desenvolvimento em si (XAVIER, 2016).

De acordo com a revisão da literatura, verifica-se que os modelos econômicos e de gestão impostos pela sociedade capitalista têm afetado severamente diversos aspectos estruturais das atividades de trabalho (principalmente em relação ao emprego formal), tornando-as muitas vezes sem sentido e até degradantes. Por

outro lado, o que não se pode ignorar é que um dos principais motivos da instabilidade subjetiva e objetiva da vida do sujeito é a incapacidade para o trabalho. O trabalho ocupa uma posição central não só social e economicamente, mas também psicologicamente, por sua contribuição para a formação da identidade do sujeito, o senso de tolerância social e a participação ativa na construção social. Não trabalhar pode levar à vulnerabilidade psicossocial. Assim,

> [...]. O sofrimento no contexto de trabalho [...] inicia-se com a pressão que se instaura quando o trabalhador sente que não mais atende às demandas da organização. Estabelece-se assim uma controvérsia, pois há sofrimento tanto com a perda do emprego quanto com a permanência do trabalhador em uma organização rígida ou propositora de uma atividade de trabalho esvaziada [...]. Portanto, o trabalho pode ser analisado de forma fragmentada ou em sua totalidade "pois ele pode ser fonte de construção da vida e emancipação (como totalidade), mas também fonte de eliminação da vida e robotização (como fragmentação), quando não produz sentido e só repete atividades mecânicas." (XAVIER, 2016, p. 26).

Com o surgimento do desemprego de longa duração, a quebra da relação emprego-desemprego tornou-se mais evidente. O desemprego já não existe apenas na forma do desemprego aberto tradicional, mas começou a se manifestar em muitas formas, uma vez que para além ao desemprego de longa duração, a inatividade individual no pico da vida ativa passou a constituir importante papel na forma instável e/ou atípica do denominado 'trabalho de baixa qualidade'. Podemos observar, com isso, que a reorganização produtiva não só aumenta o desemprego, mas também diversifica suas formas. Acredita-se que uma das novas características do desemprego, especialmente o desemprego de longa duração, é sua seletividade, que passa a afetar os indivíduos de forma desigual, dependendo de sua idade, sexo, escolaridade e condição social, uma vez que as oportunidades estão em diferentes grupos sociais, constituindo uma distribuição desigual entre grupos sociais.

Além disso, falar sobre uma característica nova e relevante no cenário atual do mercado de trabalho nos remete à premissa de que livrar-se do desemprego não significa mais retornar a um trabalho estável e de qualidade. Portanto, a partir desse

contexto, entende-se que o número de pessoas que entram no estado de desemprego aumentará, enquanto o número de pessoas que sairão do mesmo estado diminuirá. Muitas pessoas não aceitam estar vinculada a certos sistemas de contrato, ou mesmo a execução de determinadas atividades. Por outro lado, aqueles que enfrentam relações contratuais mais frágeis, podem vivenciar uma realidade extenuante que os torna potenciais candidatos a uma nova experiência de desemprego. Outro agravante dessa situação é a constatação de que quanto mais tempo os sujeitos deixam o emprego, mais difícil é para eles se reintegrarem à profissão.

Matos (2018) aponta que nas últimas décadas, o ambiente de trabalho passou por profundas transformações, resultando em intrincados fenômenos sociais, políticos e econômicos. Ao mesmo tempo, o aumento da taxa de desemprego parece ser a questão mais preocupante. No entanto, uma leitura mais aprofundada dessa questão revelará que a redução do emprego é na verdade a ponta do iceberg de uma questão mais complexa, marcada pela instabilidade das condições de trabalho e das relações interpessoais, tais como o aumento da instabilidade das condições de trabalho; a ampliação do trabalho remunerado sem carteira assinada e trabalho autônomo; e o processo de deterioração das relações de trabalho, com a ampliação das cláusulas contratuais temporárias, falsas cooperativas, empresas e até mesmo contratos unilaterais.

Hoje, as políticas neoliberais da sociedade capitalista claramente superestimam o trabalho. O lazer passou a ser visto como um grande pecado, enquanto, por outro lado, o trabalho passou a ser visto como uma obrigação moral. Mas a característica que realmente acompanha a lógica do trabalho na contemporaneidade é a construção da racionalidade ocidental moderna, como arcabouço sistemático do capitalismo, que produziu um campo ideológico que superestima a produtividade social.

O levantamento da saúde humana do ponto de vista das agressões causadas pelo processo de trabalho evidencia, cada vez mais, o esgotamento explicativo das ideias usuais de emprego. A generalização do desemprego pode levar a cenários

muito ambíguos. A sua banalização, por vezes, leva a uma maior tolerância social para com os desempregados e à indiferença, o que impede o surgimento de alternativas para resolver tal situação. A formulação de estratégias de proteção à saúde neste contexto de desconstrução/reconstrução das identidades em torno do trabalho é um desafio.

O principal elo nas sociedades modernas continua sendo aquele desenvolvido a partir do trabalho. O trabalho, diante da pluralidade que reflete, continua sendo um dos determinantes mais importantes das condições de vida da sociedade. Segundo Gonçalves (2008), isso ocorre porque o sustento da maioria das pessoas continua a depender da venda de seu tempo e das habilidades de trabalho. O crescimento do trabalho atípico, juntamente ao desemprego, acaba por acentuar as diferenças de renda e, com isso, aprofunda ou oportuniza novas características às desigualdades sociais. Assim, o desemprego pode ser atrelado à privação material, à perda de direitos, à limitação da participação social, entre outros fatores. Com isso, pode-se dizer que a exclusão do trabalho vem sendo caracterizada por seu caráter generalista e que suas 'vítimas' são sumariamente excluídas do âmbito social e inseridas em uma trajetória de vulnerabilidade.

Na intensificação da jornada de trabalho e na demanda por versatilidade, ou ainda polivalência dos trabalhadores, os riscos de acidentes e outras lesões são reforçados, por parte das empresas, com parcos investimentos na prevenção desses riscos. Por outro lado, o que geralmente ocorre é a falta de investimentos em condições de trabalho e proteção à saúde e o esgotamento das negociações por melhores condições de trabalho (SANT'ANNA, 2000).

Os problemas de saúde dos trabalhadores, por sua vez, são causas relevantes de demissões e também impedem a reinserção no mercado de trabalho. Mesmo quando não explicados pelas empresas, alguns critérios incentivam a construção de mecanismos defensivos pelos trabalhadores que visem ocultar problemas de saúde e sofrimento por riscos ocupacionais.

Assim, entende-se que o desemprego cria uma diversidade de situações que, mesmo não constituindo um quadro de doença, evidenciam a fragilidade dos laços relacionais e dos ganhos sociais em termos de integração social pelo emprego. Importa, portanto, referir que o principal desafio na luta contra o desemprego é não só lutar contra a pobreza, mas, fundamentalmente, transformar tal fragilidade social. Porque a reinserção dos desempregados no mercado de trabalho, mesmo quando permite mitigar os impactos induzidos pelo desemprego, já não é suficiente para analisar tal expressão da questão social.

As implicações do desemprego na saúde dos trabalhadores têm sido um dos principais problemas da saúde pública e se transformado em uma nova área de pesquisa teórica e metodológica, como uma área 'a ser construída' e cujas dimensões contemporâneas são diferentes daquelas que, historicamente, foram abordadas.

3 AS DIMENSÕES CONTEMPORÂNEAS DA RELAÇÃO SAÚDE-DESEMPREGO

Para Abramides e Cabral (2003), como qualquer outro componente no processo de produção, a mão-de-obra com alto grau de desgaste passa a se consumida e substituída. Os trabalhadores, por sua vez, estão cientes de suas capacidades técnicas e sabem que exercitar seus corpos exige saúde. A relação inseparável entre a saúde e as capacidades técnicas, bem como o processo histórico da luta da classe trabalhadora para reduzir o horário de trabalho e melhorar as condições de vida, tornou possível expandir o trabalho e proteger os componentes da capacidade produtiva.

A intensidade e ritmo acelerado, bem como as muitas horas de trabalho em um dia vêm determinando que a saúde dos trabalhadores seja precária e que a força de trabalho empenhada pode ser eliminada o mais rápido possível. As condições de trabalho incluem atividades físicas e mentais dos trabalhadores, além de relações materiais, físicas e químicas, ambientais, fatores de tempo e relações trabalhistas.

Um elemento de análise a ser considerado na compreensão da saúde é a relação entre os trabalhadores em diferentes ocupações exigidas pela divisão social e técnica do trabalho, em diferentes setores da atividade econômica. Como analisa Silva (2013), embora em um determinado processo de produção possa haver casos imediatos ou próximos de doenças recorrentes em um determinado espaço sociocupacional, as características de uma doença em particular são históricas e sociais e mudam no tempo e no espaço.

Embora exista amplo conhecimento sobre as relações entre trabalho e saúde, pouca importância tem sido atribuída ao papel do trabalho como determinante das desigualdades em saúde. De acordo com Gonçalves (2008), a relação saúde-trabalho pode ser salientada através de duas dimensões do trabalho: 1) por meio dos processos específicos, em que os trabalhadores estão sujeitos a determinadas condições e riscos; 2) por meio da dinâmica e mobilidade de inserção da força de trabalho nos mercados de trabalho. É a partir da configuração específica desse mercado que a população economicamente ativa passa a ser absorvida nos processos de trabalho. Assim, essas duas dimensões encontram-se inter-relacionadas, uma vez que aqueles com vínculo precário tendem a estar exposto às piores condições de trabalho.

Diferentes consequências entre as doenças ocorrem no trabalho, mas a existência desses fenômenos não pode eliminar o risco ou a destruição, porque esses fenômenos estão inseridos na história social específica, no tempo e em espaços culturais. A dimensão social da saúde abrange e torna-se correspondente ao ciclo do capitalismo e às condições objetivas de seu desenvolvimento. Se expressa em termos de relações sociais e de produção, e também está relacionada ao processo de produção de fusões mercadológicas e à tecnologia da organização do trabalho.

Devido às doenças e acidentes, a causalidade do trabalho é apenas uma maneira violenta e clara de mostrar essa determinação. Mészáros (2011) pontua que no capitalismo, o trabalho é entendido como a tolerância do capital pelo trabalhador no processo de superutilização do trabalho humano e extração de mais-valia, mas

também é entendido como a resistência e a luta do trabalhador por melhores condições de vida e ocupação. Portanto, a saúde passa a se caracterizar como parte integrante de tal processo.

4 CONCLUSÃO

Tendo em vista a análise aqui salientada (ainda que sob uma ótica minimalista), é possível apreender que diante de um sistema de metabolismo social, como é o capitalismo, o trabalho que o estrutura também é capaz de desestruturar o ser social, através de artifícios (tal como a realidade do trabalho assalariado), que ao passo em que dão sentido ao capital também instituem uma subjetividade contestável ao ato de trabalho. A busca por uma forma superior de sociabilidade perpassa a reestruturação do ser social, tendo em vista a desestruturação do capital.

Desse modo, entende-se que a relação entre saúde e doença vem sendo severamente impactada pelo grande capital no processo da vida social. O desafio da classe trabalhadora está, cada vez mais, pautado na recuperação de seus meios de luta – diante de um contexto de autonomia e independência de classes. O grande desafio da classe trabalhadora está sendo calcado na restauração da luta imediata por seus direitos, sendo eles tanto sociais como trabalhistas, bem como em sua histórica luta anticapitalista (diante da perspectiva do marxismo), buscando uma sociedade livre, com indivíduos que possam interagir livremente.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, M. B. C.; CABRAL, M. S. R. Regime de acumulação flexível e saúde do trabalhador. **São Paulo em Perspectiva**, 17(1): 3-10, 2003.

GIL, A. C. **Como elaborar um projeto de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, L. G. **Desemprego, trabalho sem proteção social e saúde [manuscrito]:** uma análise do indivíduo e do contexto. 2008. 101 f. Tese (Doutorado

em Saúde Pública – Epidemiologia) - Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política** (Livro primeiro: O processo de produção do capital – Tomo 2). São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda., 1996.

MATOS, D. **O impacto do desemprego e a saúde psicossocial**. Disponível em: https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1165.pdf. Acesso em: 19 jul. 2021.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. 1. ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2011.

PAULO NETTO, J. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PAULO NETTO, J; BRAZ, M. **Economia política:** uma introdução crítica. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SANT'ANNA, F. C. R. **Desemprego e Saúde:** dilemas e perspectivas nas trajetórias dos trabalhadores do Estaleiro Verolme, Angra dos Reis/RJ. 2000. 91 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Centro de Estudos em Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana, Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2000.

SANTOS, T. R. **As (novas) estratégias de administração do desemprego no Brasil contemporâneo**. 2020. 188 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2020.

SILVA, J. A. R. O. A flexibilização da jornada de trabalho e seus reflexos na saúde do trabalhador = The flexibilization of the work journey and its consequences in worker's health. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região**, Campinas, SP, n. 42, p. 127-156, jan./jun. 2013.

XAVIER, M. T. C. **Desemprego de longa duração:** aspectos sociodemográficos e as vivências do indivíduo desempregado. 2016. 136 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós Graduação em Psicologia, Natal, 2016.